

Eixo Temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas

**COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS DE SOJA E FUMO PARA O
MERCADO CHINÊS**

**COMPETITIVENESS OF EXPORTS SOY AND GAUCHO SMOKE FOR THE
CHINESE MARKET**

Mygre Lopes da Silva, Rodrigo Abbade da Silva, Bruno Pereira Conte, Nadine Gerhardt Lermen,
Daniel Arruda Coronel e Reisoli Bender Filho

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a competitividade das exportações gaúchas, especificamente de soja em grão e fumo para o mercado chinês, no período de 1999 a 2013. O método utilizado baseia-se no cálculo dos indicadores de competitividade aplicados ao comércio internacional: Índice de Orientação Regional (IOR) e Índice de Contribuição do Saldo Comercial (CS). Os resultados indicam que as exportações de soja e fumo do Rio Grande do Sul são direcionadas à China, bem como se verificou tendência a exportar mais para esse destino.

Palavras-chave: Competitividade; Exportações Gaúchas; Indicadores de Comércio Internacional.

ABSTRACT

The aim of this work consists in analyzing the competitiveness of exports Gaucho, specifically of soybeans and tobacco to the Chinese market, in the period from 1999 to 2013. The method used is based on the calculation of the indicators of competitiveness applied to international trade: Regional Orientation Index (IOR) and the Commercial Balance Contribution index (CS). The results indicate that the exports of soybeans and tobacco from Rio Grande do Sul are directed to China, as well as whether there was a tendency to export more to that destination.

Keywords: Competitiveness; Rio Grande do Sul Exports; International Trade Indicators.

1. INTRODUÇÃO

O comércio internacional pode promover maior eficiência na alocação dos recursos, o pleno emprego, o crescimento e a distribuição internacional da renda, condições que ampliam o bem-estar das sociedades (ROBSON, 1980). No Brasil não é diferente, pois o comércio exterior tem impulsionado as atividades econômicas, com as exportações sendo importantes para a manutenção do saldo da balança comercial, bem como para a geração de divisas para o país.

Nestes fluxos de comércio, a crescente participação do agronegócio brasileiro no mercado internacional é resultado da combinação de importantes fatores, tais como o clima propício, o investimento em tecnologia, a disponibilidade de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, além do aproveitamento da mesma área para diversificar a produção (FRIES *et al.*, 2013).

Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o quarto maior exportador, ficando atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO – MAPA, 2012). Em termos de participação na pauta exportadora brasileira, em 2014, o estado foi responsável por 8,31% (ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR – ALICE WEB, 2014).

Neste mesmo ano, a soja em grão e o fumo representaram praticamente um terço do total exportado (21,32% e 9,72% das exportações gaúchas, respectivamente). Estas culturas destacam-se pela rentabilidade proporcionada aos produtores, impulsionada principalmente pela demanda externa (FREITAS; BARRERO, 2003; CORONEL; MACHADO; CARVALHO, 2009).

Porém, essas *commodities* apresentam-se concentradas quanto aos seus destinos, com a China como principal mercado, cuja participação atingiu 90% e 18% das exportações, em 2014 (ALICE WEB, 2014). Com base nestas evidências, entender o comportamento do mercado do país asiático se torna relevante para o agronegócio gaúcho, sobremaneira destes dois produtos.

Buscando subsídios para essa questão, formulou-se o seguinte problema: qual o comportamento das exportações gaúchas de soja em grão e fumo para o mercado chinês? Em pormenores, este trabalho procura analisar a competitividade das exportações do agronegócio do Rio Grande do Sul, especificamente destas *commodities* nos anos de 1999 a 2013, cujo marco inicial representa o ano em que o Brasil adotou o regime de câmbio flutuante (VIANNA; BRUNO; MODENESI, 2010), até o ano em que os dados estão disponíveis (ALICE WEB, 2014).

Com isso, busca-se contribuir com o debate acadêmico quanto à validação das teorias da vertente clássica e neoclássica nas economias em desenvolvimento em função dos padrões de especialização do comércio internacional. Permite também ampliar a compreensão dos fatores inerentes à competitividade das exportações do agronegócio gaúcho, o que amplia as condições à formulação de políticas econômicas visando a uma maior competitividade e inserção internacional, bem como a ampliação das estratégias empresariais.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, é apresentado o referencial teórico; na seção seguinte, apresentam-se os aspectos metodológicos; na quarta, os resultados são analisados e discutidos e, por fim, apresentam-se as principais conclusões do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Com os respectivos conceitos de vantagens absolutas e comparativas, o livre comércio foi justificado pelos economistas clássicos, Adam Smith (1776) e David Ricardo (1817). Em 1776, Adam Smith publicou *A Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas*

causas, onde formulou, com base na divisão do trabalho, a teoria que ficou conhecida como Vantagens Absolutas, tendo como pressuposto básico que, se duas nações aceitassem comercializar entre si, ambas poderiam ganhar.

O princípio das Vantagens Absolutas postula que as nações deveriam especializar-se na produção da *commodity* a qual produzissem com maior vantagem absoluta e trocar parte de sua produção pela *commodity* que produzissem com desvantagem absoluta (SALVATORE, 2000). Contudo, havia uma grande limitação, visto que, se uma nação não apresentasse nenhuma vantagem absoluta, não poderia participar do comércio (RAINELLI, 1998). Os preços dos produtos eram determinados pelo custo da mão de obra empregada (trabalho), desconsiderando os custos como matéria-prima (natureza), investimentos e know-how (capital) (MAIA, 2001).

O principal objetivo de Smith ao propor a livre troca era a abertura dos mercados internacionais para os produtos industriais ingleses, para que a Inglaterra não bloqueasse o desenvolvimento de sua industrialização, uma vez que seu mercado interno era pequeno e incapaz de absorver toda a produção. Além disso, o comércio entre países levaria à acumulação de capital, e como consequência, ao desenvolvimento econômico (SALVATORE, 2000).

Nos Princípios de Economia Política, em 1817, David Ricardo realizou avanços na teoria de Adam Smith ao expor a Lei das Vantagens Comparativas. Conforme esta, mesmo que uma nação possua desvantagem absoluta na produção de ambas as *commodities*, ainda assim haveria uma possibilidade de comércio, desde que a nação se especializasse na produção de sua *commodity* de menor desvantagem absoluta. As vantagens comparativas implicam a especialização da produção dos bens em que apresenta o menor custo relativo, na comparação de dois bens.

A Teoria Clássica do Comércio Internacional não é suficiente para explicar o atual funcionamento do comércio internacional. Para os pressupostos clássicos serem válidos, o comércio internacional deveria observar as seguintes condições: concorrência perfeita nos mercados de bens e fatores; livre comércio, dentre outros (FERRARI FILHO, 1997).

Com o sentido de preencher as lacunas da Teoria do Comércio Internacional, a Teoria Neoclássica do Comércio Internacional resultou no modelo de Heckscher-Ohlin. A introdução de outros fatores de produção permitiu compreender a vantagem comparativa como a produção do bem em que seja intensivo no fator de produção abundante em determinado país. Esse teorema explica as vantagens comparativas através da dotação de fatores e, portanto, a utilização do fator de produção mais abundante sugere que seu custo é menor, resultando em mercadorias com preços mais baixos (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

De acordo com Salvatore (2000), o modelo consiste no comércio em que cada nação exporta a *commodity* intensiva em seu fator abundante de produção e importa a *commodity* que exija a utilização do seu fator escasso e maior custo de produção. Logo, a utilização do fator de produção mais abundante sugere que seu custo é menor, resultando em mercadorias com preços mais baixos e uma produção mais eficiente.

Cabe destacar que a troca de produtos intensivos em diferentes fatores produtivos pode substituir a mobilidade internacional destes fatores. Contudo, a liberalização comercial prejudica determinado país que possua um fator produtivo relativamente escasso (CAVES; FRANKEL; JONES, 2001). Além disso, dificilmente a economia mundial encontra-se em plena liberalização do comércio, em que os impedimentos vão desde barreiras tarifárias até as não tarifárias, como cotas, restrição voluntária às exportações, subsídios, barreiras sanitárias e fitossanitárias, técnicas, ambientais, burocráticas, entre outras (LOPES et al., 2013).

A inadequação das teorias anteriores do comércio internacional para explicar o mercado atual se dá pelo fato de considerarem a ausência de economias de escala, as tecnologias constantes, a imobilidade dos fatores e a concorrência perfeita entre os agentes (SALVATORE, 2000). A teoria da vantagem competitiva de Michael Porter traz um conceito mais condizente com a realidade moderna.

A vantagem competitiva baseia-se na produtividade, por meio de economias de escala, diferenciação de produto, mudanças tecnológicas. Desta forma, o comércio internacional permite o aumento de produtividade e elimina a necessidade da produção de todos os bens e serviços dentro de um país. “A questão mais importante é como as empresas e países melhoram a qualidade dos fatores, aumentam a produtividade com que são utilizados e criam novos” (PORTER, 1993).

A teoria de Porter baseia-se em estudos empíricos em nações já industrializadas, respalda-se nos países desenvolvidos, os quais necessitam cada vez mais de aprimoramento do produto, e o aspecto qualitativo, e não quantitativo, é o mais importante (PORTER, 1993).

As teorias anteriormente apresentadas têm como pressuposto o livre comércio entre as nações. Porém, nem sempre o fluxo de mercadorias é garantido sem obstáculos. As barreiras comerciais são os principais empecilhos ao *laissez-faire*, as quais são aplicadas com o intuito de proteger economias nacionais. Existem diversas formas de protecionismo, sendo uma delas a tarifa, um imposto cobrado quando um bem é importado (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

As tarifas eram a forma mais utilizada para um país proteger a economia e seus efeitos eram distintos, pois os produtores se beneficiavam, contudo os consumidores eram prejudicados, visto que pagavam um preço mais elevado pelas mercadorias (BRUM; HECK, 2005). As tarifas podem ser de três tipos: *ad valorem*, específicas e compostas. De acordo com Salvatore (2000), as tarifas *ad valorem* são expressas como uma porcentagem fixa do valor da *commodity* comercializada. As tarifas específicas são expressas com uma quantia fixa por unidade física da *commodity* comercializada. Já a tarifa composta é uma combinação das tarifas *ad valorem* e específica.

As tarifas diminuíram nos últimos tempos porque os governos preferem proteger suas indústrias por meio de barreiras não tarifárias, como forma de evitar sanções e discussões na Organização Mundial do Comércio (KRUGMAN, OBSTFELD, 1999). A proteção com base nas barreiras não tarifárias passou a se chamar de o “novo protecionismo”, em contraste com o velho protecionismo, que se baseava nas tarifas alfandegárias (WILLIANSO, MILNER, 1991).

As cotas, as restrições voluntárias às exportações, subsídio às exportações e as novas barreiras comerciais, que são técnicas, ecológicas, burocráticas e sanitárias, são as principais barreiras não tarifárias utilizadas pelos países (AZÚA, 1986; MAIA, 2001). A cota é uma restrição quantitativa que limita as importações de determinadas *commodities*. Define-se restrição voluntária às exportações como um pedido do país importador ao país exportador, no sentido de reduzir a quantidade de mercadorias exportadas, a fim de evitar maiores sanções no âmbito macroeconômico internacional (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

Os subsídios às exportações são pagamentos diretos, concessão de isenção fiscal, empréstimos subsidiados aos exportadores da nação. Os subsídios também podem se dar na forma de empréstimos a juros baixos concedidos a compradores estrangeiros de maneira a estimular as exportações do país (SALVATORE, 2000).

As barreiras técnicas são mecanismos que as nações utilizam para proteger seu mercado, ou seja, a nação só importará determinados produtos se eles seguirem certos padrões. As barreiras ecológicas têm como pretexto proteger a natureza. Entende-se por barreiras sanitárias a proibição da importação de determinadas mercadorias por considera-se que esses produtos podem causar problemas à saúde da população (MAIA, 2001). Estas barreiras podem ser vistas como uma forma de as economias protegerem seus mercados.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada baseia-se no cálculo dos indicadores de competitividade aplicados ao comércio internacional, tais como o Índice de Orientação Regional (IOR) e o

Índice de Contribuição ao Saldo Comercial (ICSC). A utilização do IOR analisa a tendência do comércio de uma *commodity* para determinada região. O ICSC aborda a contribuição de um produto na formação do saldo comercial de uma região, indicando a existência ou não de vantagens comparativas neste comércio.

3.1 Índice de Orientação Regional (IOR)

Primeiramente abordado por Yeats (1997), o Índice de Orientação Regional permitiu verificar a existência de criação ou destruição de comércio nos países membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); de outra forma, possibilitou analisar a ocorrência de alteração nos padrões do comércio. O índice mostra a tendência para exportar determinada *commodity* a um país ou bloco comercial. Yeats (1997, p. 11) aponta alguns pontos que devem ser considerados para o cálculo desse índice:

a) caso o estudo se refira a somente um período, o índice fornece uma visão limitada do comércio entre os países, mas se for utilizado para mais períodos, pode mostrar possíveis mudanças na orientação regional do comércio em análise, até mesmo por permitir a comparação entre os períodos; b) o índice é determinado por vários fatores os quais podem orientar o comércio a uma determinada região ou não, sejam eles vantagens comparativas, custos de transporte e barreiras ao comércio. A curto e médio prazos, ele será mais sensível às barreiras comerciais do que aos fatores anteriormente citados (conforme o caso do Mercosul).

Formalmente, o IOR pode ser expresso da seguinte forma:

$$IOR = (X_{GXC}/X_{GC}) / (X_{GXE}/X_{GE}) \quad (1)$$

em que X_{GXU} representa as exportações gaúchas de determinada *commodity* para a China; X_{GU} representa o total das exportações gaúchas para a China; X_{GXE} representa as exportações gaúchas de determinada *commodity* para extra-China; X_{GE} representa o total das exportações gaúchas para extra-China.

Em termos analíticos, o índice possui os extremos de 0 a ∞ ($0 \leq IOR \leq \infty$), e, quanto mais próximo de 1, há a mesma tendência a exportar a *commodity* X para a região em questão, no caso para a China e para extra-China.

3.2 Índice de Contribuição ao Saldo Comercial (ICSC)

Outro índice que auxilia na identificação da especialização das exportações é o índice de contribuição para o saldo comercial (ICSC), definido por Lafay (1990). Ele consiste na comparação do saldo comercial de cada produto, ou grupo de produtos, com o saldo comercial teórico desse mesmo produto (PEREIRA *et al.*, 2009).

O ICSC de um produto ou de grupo de produtos i , em uma região j , é expresso por:

$$CS = \frac{100}{(X + M) / 2} \left[\left[(X_i - M_i) - (X - M) \right] \frac{(X_i + M_i)}{(X + M)} \right] \quad (2)$$

em que X e M são respectivamente as exportações e importações totais do Rio Grande do Sul e; X_i e M_i são respectivamente as exportações e importações de determinado produto do Rio Grande do Sul.

Sendo assim, uma região apresentará vantagens comparativas em determinado grupo setorial quando o indicador ICSC for positivo ($ICSC > 0$). Caso contrário, seu resultado apresentará um valor negativo.

3.3 Fonte de dados

As variáveis utilizadas foram coletadas a partir do Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior (Alice Web), com periodicidade anual. Foram utilizados os códigos 1201, para soja, mesmo triturada e 2401, para tabaco não manufaturado, conforme a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise do Índice de Orientação Regional

O Índice de Orientação Regional (IOR) permite verificar se um certo produto exportado por determinada região possui alguma orientação, caso da soja em grão e do fumo, quando analisadas as exportações para a China. A Figura 1 a seguir apresenta os valores dos índices para o período entre 1999 e 2013.

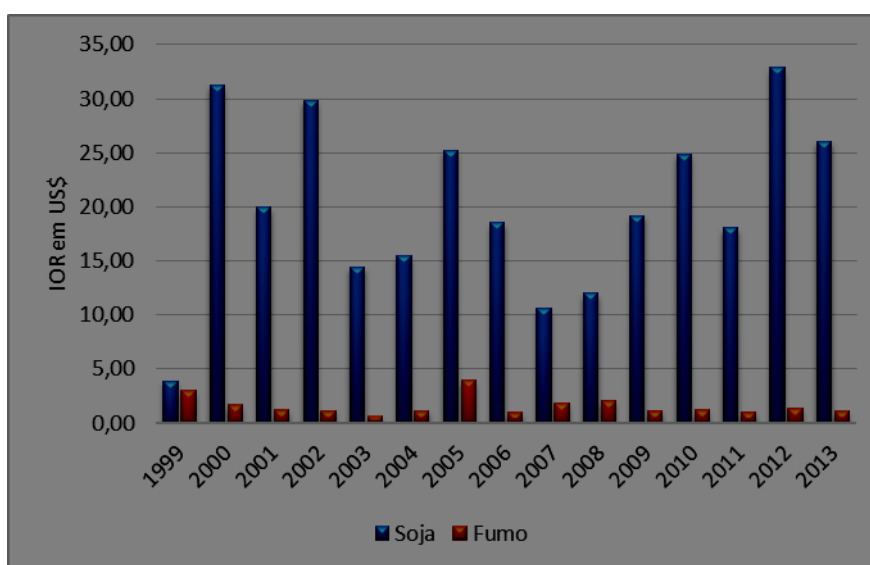


Figura 1- Índice de Orientação Regional de soja em grão e fumo do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2013

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do ALICE Web

A soja é um dos produtos com maior destaque nas exportações brasileiras, devido, principalmente, à elevação do consumo desta leguminosa pela China, que passou de 7,6% para 18% em participação nas vendas externas agropecuárias entre 2006 e 2011 (MAPA, 2012). Considerando a soja em grão, nota-se que os valores do IOR apresentaram oscilação no decorrer dos anos, com períodos mais voláteis entre 2004 e 2011 e, com estabilização em 2012 e 2013. Outro fato interessante está na diferença entre 1999 e 2000, visto que o índice passou de 3 para 31. Segundo Fürstenau (2004), concentração dos contratos de exportação de soja em grão para a China fez com que o Rio Grande do Sul fosse o estado mais atingido pelas restrições estabelecidas por aquele país em relação à soja brasileira.

Um dos fatores que impulsionaram as exportações de soja em grão foi a Lei Complementar n.º 87, de 13 de setembro de 1996, mais conhecida como Lei Kandir, que desonerou as exportações de produtos *in natura* do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS); contudo, há várias críticas em relação a esta lei, visto que ela vem desestimulando a venda de produtos que poderiam ter maior valor agregado, como farelo e óleo (WILDER; MARTINES FILHO; BARROS 1999).

Outro fator que colaborou para o crescimento das exportações não só do grão, mas do complexo soja com um todo foi a desvalorização cambial de 1999, conforme pesquisa de Cassuce e Santos (2005) e Souza *et al.* (2007).

O período 1997-2011 caracteriza-se pela alternância de saldos deficitários e superavitários com a China, uma vez que, de 1997 a 2000 e no biênio 2007-08, o comércio brasileiro com aquele país foi deficitário (ÀVILA, 2012).

Motivados por uma boa safra em 2011 e pelo aumento dos preços internacionais, os produtores do RS aumentaram em 4,52% a área plantada de soja do estado em 2012. Áreas que eram utilizadas para o cultivo de arroz deram espaço para a cultura da soja, principalmente na região Sul do estado (FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL - FARSUL, 2012).

Em análises realizadas por Ilha e Coronel (2006); Coronel (2008), Fries *et al.* (2013) e Lopes *et al.* (2013), a soja em grão, à medida que vai ganhando maior competitividade, vai se direcionando gradativamente para a China, o que pode ser corroborado pelos dados encontrados.

Em relação ao fumo, considerando o período entre 1999 e 2013, apenas em 2003 e 2006 o IOR assumiu valores menores que a unidade, indicando baixa orientação das exportações de fumo para a China. Para os demais anos, o índice é maior que a unidade, o que indica forte orientação das exportações do fumo produzido do Rio Grande do Sul para a China, com destaque para os anos 1999, 2005 e 2008, nos quais o índice apresenta os valores mais elevados.

Apesar dos resultados positivos, o IOR para as exportações de fumo à China também apresentou fortes oscilações, inclusive de um ano para o outro. É possível destacar uma tendência decrescente entre 1999 e 2003, com uma queda de 79,26% neste período, o que pode ser explicado por reduções das quantidades colhidas, como no ano de 2001, em que a safra do estado foi de excelente qualidade, porém, menor que a safra do ano anterior (GARCIA, 2002). Já a significativa queda do índice no ano de 2003 está associada à quebra de safra devido ao excesso de chuva em 2002 (BELLO, 2004).

Nos anos seguintes, 2004 e 2005, ocorreu uma melhora significativa, entretanto, esta foi seguida por uma expressiva queda de 75,25% no índice em 2006, fato que se deve à queda da produção ocasionada pela estiagem no Rio Grande do Sul em 2005, bem como à queda da competitividade provocada pela apreciação cambial (FRIES; CONTE; CORONEL, 2014).

Em 2007 e 2008, o índice apresentou um aumento de 52,21%, o que resultou do aumento da quantidade de fumo exportada para a China, a qual passou a ser o maior importador do fumo produzido no estado em 2007, permanecendo como principal importador nos anos seguintes (CALDAS, 2013).

No quinquênio seguinte, entre 2009 e 2013, o índice alternou quedas e ascensões não muito expressivas. Os resultados corroboram os de Fries *et al.* (2014), que argumentam que a orientação das exportações de fumo do estado para a China é um reflexo do significativo crescimento do comércio bilateral entre os dois países na última década, bem como os resultados de Caldas (2013) que evidencia a importância e o crescimento das exportações de fumo do Rio Grande do Sul para o país asiático.

4.2 Análise do Índice de Contribuição ao Saldo Comercial

No que tange à contribuição ao saldo comercial destes produtos, conforme Figura 2, para a soja em grão, nota-se que o ICSC, apesar de alguma oscilação, apresenta uma tendência de crescimento, mais acentuada no ano de 2013. Entretanto, cabe ressaltar que o valor do índice no ano de 2005 foi o menor dos anos analisados. Este resultado pode ser explicado pela retração da economia gaúcha naquele ano em cerca de 4,6%, a qual deve-se, sobremaneira à agricultura, com diminuição na produção da soja em cerca de 55,9% (FISCHER, 2006).

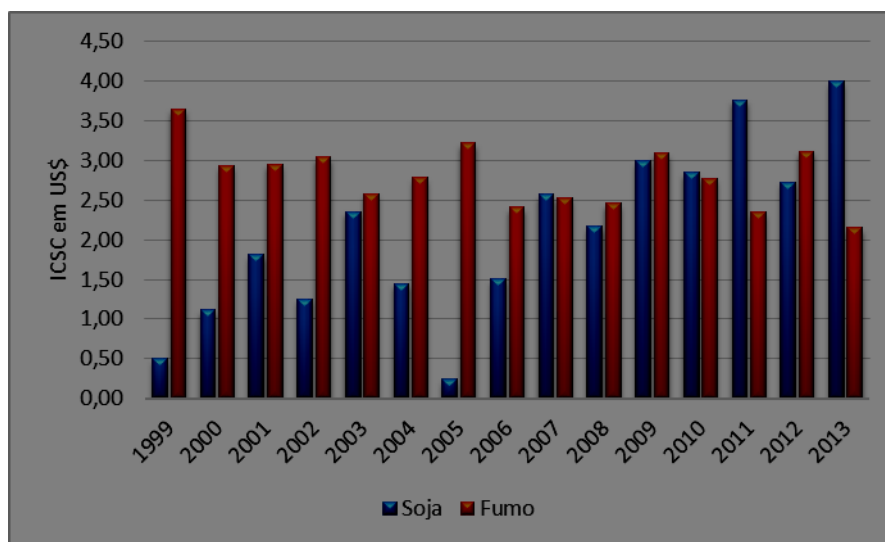


Figura 2- Índice de Contribuição ao Saldo Comercial de soja em grão e fumo do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2013

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do ALICE Web

Observa-se que o Índice de Contribuição ao Saldo Comercial de soja em grão oscila no decorrer dos anos analisados, com valores mais altos nos últimos três anos de análise, isto é, 2011 a 2013. Um fator que favoreceu estes valores foi crescimento das exportações. De acordo com a FEE (2012), isso se deve aos estoques ajustados dos Estados Unidos, maior exportador mundial de soja, ao mesmo tempo em que a Argentina, terceira maior exportadora, apresentou safra inferior em 2011.

Além disso, o Brasil se tornou, na safra 2012/13, o maior exportador mundial de soja. O país exportou no último ciclo quase 42 milhões de toneladas do grão. Os Estados Unidos exportaram menos de 36 milhões de toneladas, volume abaixo do esperado devido à necessidade de recomposição dos estoques internos que foram afetados pela quebra no ano anterior. Outros países como Argentina, Paraguai e Canadá também estão na lista de maiores exportadores (MOREIRA, 2014).

Seguindo a mesma linha, em 2013, o estado exportou um valor de US\$ 4,2 bilhões, perfazendo um crescimento de 114% em relação ao ano anterior. Explica-se esse crescimento pelo aumento no volume exportado, o qual atingiu 119,5%. Essa forte variação deu-se pela combinação de uma safra excelente colhida em 2013 com o fato de ela ter ocorrido logo após uma das piores safras, que foi a de 2012, resultado da forte estiagem que atingiu o estado (RISCO, 2014).

Durante o período de 2001 a 2012, o comércio bilateral Brasil-China cresceu substancialmente, pois, segundo dados do MDIC (2012), a China absorveu aproximadamente 58% das exportações desta commodity até o ano de 2008, e posteriormente, de 2009 a 2012, as importações de soja em grão por aquele país corresponderam a mais de 80%. (FRIES *et al.*, 2013).

Entre os anos de 1999 a 2005, o Índice de Contribuição ao Saldo Comercial apresentou as maiores oscilações no período analisado. Essas oscilações podem ser explicadas pelo fato de o Rio Grande do Sul ter apresentado algumas quedas acentuadas nas exportações de soja, ocorridas em 1999 e 2005, ocasionadas em virtude das quedas de produção no estado nos respectivos anos. Em 2005, por consequência da estiagem que atingiu o estado, as exportações gaúchas tiveram a menor participação no valor das exportações brasileiras, ficando com 2,02% (MDIC, 2013).

As exportações brasileiras, principalmente do estado do Rio Grande do Sul, na última década, foram fortemente influenciadas pelas importações da China, país que demanda grande quantidade de *commodities* agrícolas. A China, em 2010, importou um volume de 54.797.753 toneladas de soja do mundo, sendo 41% deste volume comprado do Brasil, segundo Soja (2013).

Com isso, verifica-se que há importante contribuição ao saldo comercial do produto soja em grão para o Rio Grande do Sul e isto é possível devido não só às exportações gaúchas, mas também à participação brasileira no mercado.

Para o fumo, o índice de contribuição ao saldo comercial apresenta valores positivos e maiores que a unidade em todo o período analisado, indicativo de que as exportações de fumo do Rio Grande do Sul para a China são competitivas e representam uma parcela importante das exportações totais do agronegócio gaúcho. Resultado que consolida a China é um dos principais destinos do fumo produzido no estado.

Porém, o índice não apresenta uma tendência definida ao longo do período analisado, apenas oscilações, alternando aumentos e quedas não muito expressivos, mantendo um patamar relativamente estável de competitividade, sendo que os maiores resultados ocorreram nos anos 1999, 2005 e 2012.

Os elevados resultados alcançados em 2005 e 2012 se devem ao fato de as exportações gaúchas de fumo terem crescido a taxas maiores que as exportações mundiais nestes anos (FRIES; CONTE; CORONEL, 2014). Em 2012, o aumento do índice foi de 24,67% em relação ao ano anterior. Segundo Caldas (2013), em 2012, as exportações de fumo do estado alcançaram US\$ 2,218 bilhões contra US\$ 1,879 bilhão em 2011, evidenciando uma elevação de 18% no volume exportado.

Já os anos de menor contribuição das exportações de fumo para a China foram 2006, 2011 e 2013. Especificamente em 2006, o ICSC sofreu uma queda de 25,15%, resultado possivelmente decorrente da quebra da safra ocorrida devido à estiagem no Rio Grande do Sul no ano anterior e da apreciação cambial no período em questão (FRIES; CONTE; CORONEL, 2014). Em relação aos resultados de 2011 e 2013, pode-se indicar como motivo a queda da competitividade das exportações de fumo do no período mais recente, como é evidenciado por Lopes *et al.* (2013). Esse resultado também pode ser associado à retração das exportações devido à menor área plantada, consequência do aumento do imposto sobre produtos industrializados e do rigor da nova legislação brasileira sobre o consumo de cigarros, além da redução do consumo mundial.

Em síntese, os resultados obtidos corroboram os de Fries *et al.* (2014), que atestam que as exportações de fumo do Rio Grande do Sul são dinâmicas e competitivas e possuem grande destaque na pauta de exportações.

5. CONCLUSÕES

O Rio Grande do Sul é o quarto maior estado exportador brasileiro, tendo como principais produtos exportados a soja em grão e o fumo, os quais, juntos, representaram cerca de 31,0% do total exportado pelo estado. A peculiaridade está na elevada concentração dos destinos, com participação mais relevante da China, que, em 2014, importou cerca de 90,29%

e 18,26% das exportações gaúchas das *commodities* soja em grão e o fumo, respectivamente. Logo, analisar o comportamento dos fluxos de comércio para esse mercado é essencial para a formulação de políticas e estratégias de comércio para o estado.

Os resultados indicaram que as exportações de soja e fumo do Rio Grande do Sul são direcionadas à China, conforme índice de orientação regional, bem como o aumento na dependência comercial entre a China e o setor brasileiro produtivo de soja. Isso indica que a dependência entre os dois países no intercâmbio de soja e fumo tem se elevado, com o Brasil no papel de produtor e exportador e a China no papel de importador e consumidor.

Além disso, grande parte da produção anual adicional de soja do estado tem como destino a China, a qual apresenta grandes taxas de crescimento do consumo interno desta leguminosa, tanto que, entre 2006 e 2011, houve crescimento de 136,8%. Um dos fatores que contribuiu para aumentar as exportações de soja em grão foi a Lei Kandir, que desonerou as exportações de produtos *in natura* do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS).

Outro fator que colaborou para o crescimento não só do grão, mas de todo o complexo soja foi a desvalorização cambial de 1999, o mesmo ocorrendo para as exportações de fumo. Nessa mesma relação, os fatores que tiveram efeito negativo nas exportações do estado foram as concentrações dos contratos chineses, o que restringiu em grande parte as exportações do estado.

Na mesma linha, o índice de contribuição para o saldo comercial evidenciou vantagem comparativa na produção de soja e de fumo no Rio Grande do Sul, bem como tendência de aumentar a vantagem comparativa. Todavia, as condições climáticas são fundamentais para este resultado; isto ficou evidente pelos resultados negativos encontrados nos anos de 2005 e 2012, como consequência de estiagens. Logo, o desenvolvimento de condições – políticas, investimentos em tecnologia – para amenizar os efeitos destes eventos são urgentes para a manutenção da competitividade do estado.

A despeito da relevância dos resultados, faz-se necessário ressaltar possíveis limitações, as quais podem ser tomadas como sugestões a serem atendidas em estudos futuros, como a não consideração de barreiras tarifárias e fitossanitárias impostas pela China às exportações de soja e fumo do Brasil e, conseqüentemente do estado, bem como o aprofundamento do trabalho ao considerar a dotação de fatores como terra, capital e trabalho para aprimorar a tendência das vantagens comparativas na produção e exportação de soja e fumo do Rio Grande do Sul frente ao mercado chinês.

REFERÊNCIAS

ALICE WEB - ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Consultas**. Disponível em <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS- APEX-BRASIL. **Perfil exportador do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/RIOGRANDEDOSUL2013_20130717104711.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2013.

AZÚA, D. E. R. **O neoprotecionismo e o comércio exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 1986.

BELLO, T.S. As exportações do RS em 2003. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p. 95-124, fev. 2004.

BRUM, A. L.; HECK, C.R. **Economia internacional: uma síntese da análise teórica**. Ijuí: Unijuí, 2005.

CALDAS, B.B. O desempenho das exportações gaúchas em 2012. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 51-60, 2013.

CASSUCE, F. C. C.; SANTOS, M. L.. Desvalorizações cambiais e captação de divisas: o caso brasileiro de soja em grão. **Revista Organizações Rurais e Agroindústrias**, Lavras, v. 7, n. 3, p. 298-311, 2005.

CAVES, R. E.; FRANKEL, J. A.; JONES, R. W. **Economia Internacional**: comércio e transações globais. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 598.

CORONEL, D.A.. **Fontes de crescimento e orientação regional das exportações brasileiras do complexo soja**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CORONEL, D. A.; MACHADO, J. A. D.; CARVALHO, F. M. A. Análise da competitividade das exportações do complexo soja brasileiro de 1995 a 2006: uma abordagem de market-share. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 281-307, maio/ago. 2009.

FERRARI FILHO, F. Economia Internacional. In: SOUZA, N.de J..**Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 1997.

FISCHER, S. **A estiagem, a produção e a produtividade da lavoura gaúcha**. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/a-estiagem-a-producao-e-a-produtividade-da-lavoura-gaucha>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

FRIES, C. D.; CORONEL, D. A.; VIEIRA, K. M.; BENDER FILHO, R. Avaliação do crescimento das exportações do agronegócio gaúcho: uma aplicação do método constant-market-share. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental – REGET/UFSM**, vol. 17, n° 17, dez 2013.

FRIES, C. D.; CONTE, B. P.; CORONEL, D. A. Análise das exportações gaúchas de fumo (2001-2012). **Perspectiva Econômica** (UNISINOS- Impresso), v. 10, p. 1-13, 2014.

FREITAS, C. A.; BARRERO, G. A. B. A fumicultura no Rio Grande do Sul: uma abordagem sob a ótica da Nova Economia Institucional. **Anais...** In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003, Juíz de Fora -MG. Exportações, Segurança Alimentar e Instabilidade dos Mercados. Juíz de Fora - MG: Embrapa Gado de Leite, UFJF, UFL, UFV, 2003.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. Comentários acerca dos números finais do PIB do RS e das demais unidades da federação em 2010. Porto Alegre: Centro de Informações Estatísticas. Núcleo de Contabilidade Social, 2013. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/pib/estado/pib-2010-rs-uf-brasil.pdf>>. Acesso em: 14 de março 2015.

FÜRSTENAU, Vivian. A safra de grãos de verão 2003/04 no Brasil e no Rio Grande do Sul. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 95-104, ago. 2004.

GARCIA, Álvaro Antonio. As exportações gaúchas em 2008. Textos

GARCIA, A.A. O comércio exterior do RS em 2001. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 94-128, fev. 2002.

ILHA, A. S; CORONEL, D.A.. Vantagens Comparativas Reveladas e Orientação Regional da soja brasileira frente à União Européia e ao Foro de Cooperação Econômica na Ásia e no Pacífico (1992-2004). **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 4, n. 1, p. 43-62, jan./mar. 2006.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional**. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005, 558 p.

KRUGMAN, P. OBSTEFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. São Paulo: Makron Books, 1999.

LAFAY, G. La mesure des avantages comparatifs revéles. **Economie Prospective Internationale**, n. 41, p. 27-43, 1990.

LOPES, M. M.; SILVA, R. A.; CORONEL, D. A.; VIEIRA, K. M.; FREITAS, C. A. Análise da competitividade das exportações agrícolas brasileiras para a China: uma análise do complexo soja e fumo. **Revista UNIABEU**, v. 6, n. 13, p. 189-208, 2013.

MAIA, J. M. **Economia internacional e comércio exterior**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). 2012. Agronegócio. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 01/12/2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. **Sistema AliceWeb**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

MOREIRA, M. G., **Soja – Análise da Conjuntura Agropecuária**. 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/soja__2013_14.pdf> Acesso em 29 jan. 2014.

PEREIRA, R. D. et al. Especialização e vantagens competitivas do estado de Mato Grosso no mercado internacional: um estudo de indicadores de comércio exterior no período 1996-2007. **Revista de Economia**. v. 35, n. 3, p. 41-58. 2009.

PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993.

RAINELLI, M. **Nova teoria do comércio internacional**. Tradução: Ribeiro, Viviane. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RISCO, G. R. M., As exportações gaúchas em 2013. **Indicadores Econômicos – IEE**. Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 63-70, 2014.

ROBSON, P. **The Economics of International Integration**. London, George Allen & Unwin, 1980.

SALVATORE, D. **Economia Internacional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos (LTC), 2000.

SOJA brasileira alimenta apetite chinês. **Zero Hora**, Porto Alegre, 5 out. 2013. Economia, Campo e Lavoura, notícias. Disponível em:
<<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/campo-e-lavoura/noticia/2013/10/soja-brasileira-alimenta-apetite-chines-4290760.html>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. I.

SOUZA, S.S.S. de *et al.* Mudanças cambiais e o efeito dos fatores de crescimento das receitas de exportações brasileiras de soja. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 5, n. 1, p. 1-24, jan./mar. 2007.

VIANNA, S. T. W.; BRUNO, M. A. P.; MODENESI, A. M. **Macroeconomia para o Desenvolvimento**: crescimento, estabilidade e emprego. 4. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

WILDER, A.; MARTINES FILHO, J. G.; BARROS, A. M.. Soja: produção, comercialização e Lei Kandir. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1999, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: SOBER, 1999. 1 CD-ROM.

WILLIANSO, J. MILNER, C. **The word economy**: a textbook in international economics. London: Harvester Wheatsheaf, 1991.

YEATS, A. **Does Mercosur's trade performance raise concerns about the effects of regional trade arrangements?** *Policy, Planning and Research: working paper n. 1729*. Washington: Word Bank, fev. 1997.